

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 042/043 CURITIBA, QUARTA/QUINTA-FEIRA, EM 18/19 DE ABRIL DE 2001 ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

|                                |                              |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> .....  | <i>Durval Amaral</i>         |
| <i>Líder da Oposição</i> ..... | <i>Waldyr Pugliesi</i>       |
| <i>PTB</i> .....               | <i>Algaci Tulio</i>          |
| <i>PFL</i> .....               | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> .....              | <i>Sérgio Spada</i>          |
| <i>PMDB</i> .....              | <i>Nereu Moura</i>           |
| <i>PPB</i> .....               | <i>Tony Garcia</i>           |
| <i>PT</i> .....                | <i>Hermes Fonseca</i>        |
| <i>PDT</i> .....               | <i>Luiz Carlos Zuk</i>       |
| <i>PSL</i> .....               | <i>Edno Guimarães</i>        |
| <i>PST</i> .....               | <i>Divanir Braz Palma</i>    |
| <i>PL</i> .....                | <i>Serafina Carrilho</i>     |
| <i>PSB</i> .....               | <i>Moysés Leônidas</i>       |

## *Representação Partidária*

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 012ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
18 DE ABRIL DE 2001**

*(quarta-feira)*

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Luiz Carlos Zuk.

Às dezessete horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (51). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Valdir Rossoni e Ademar Traiano (03).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

**REQUERIMENTO Nº 1030**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu quero encaminhar, principalmente no que diz respeito ao item número 02, 03 e 04, basicamente esses três itens que tratam de um mesmo assunto. Senhor presidente, são três projetos autorizatórios para a instalação da Delegacia da Mulher nos municípios de Francisco Beltrão, outro município é de São José dos Pinhais e o município de Guaratuba, autores diferentes, um deles é um projeto meu para Francisco Beltrão. O outro não entendi se é erro gráfico da Assembléia Legislativa, ou é o governo vetando o próprio governo, porque o item número 3 consta que é projeto de autoria do Poder Executivo, veto apostado ao projeto 450/99. Quer dizer, não sei se vossa excelência pode me informar se é o Executivo que está vetando a si mesmo.

E o outro Projeto do deputado Algaci Tulio e do ex-presidente Nelson Justus que autoriza a criação da delegacia da Mulher no município de Guaratuba.

Acho, senhor presidente, que apenas o governo pelo prazer do veto, porque esses projetos eles na verdade não impõem ao governo a necessidade de instalação em momento algum. Segundo, o município de Francisco Beltrão por exemplo, conversava há pouco com a deputada Luciana, o próprio governo instalou uma espécie de Delegacia da Mulher, um setor especializado no atendimento da mulher no município de Francisco Beltrão, e nesse momento está vetando uma autorização Legislativa.

Então, gostaria de pedir aos senhores parlamentares, e felizmente daqui a pouco acho que vou pedir chamada nominal porque nem que todos votem a favor não vai dar vinte e oito deputados presentes, não há quórum para votação de veto, que nós votássemos derrubando os vetos do governador exatamente para podermos valorizar a Assembléia. A Assembléia não está impondo nada que tenha absolutamente algum custo ao governo, ou impondo condições ao governo; apenas está fazendo o seu trabalho político de indicar os municípios aonde pelo tamanho, pela população, pela necessidade, pelos proble-

mas sociais que existem está a indicar ao governo a autorização para instalação de uma Delegacia da Mulher, que o governo vai instalar quando julgar necessário.

Portanto, gostaria de pedir aos senhores deputados que votassem não para que nós derrubássemos o veto do governador.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, a Liderança das Oposições encaminha o voto no sentido de dizermos não aos vetos do governador.

**O SR. SÉRGIO SPADA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, esse item 01 da pauta é um veto parcial ao Projeto de Lei nº 197/99, de autoria do deputado Cesar Seleme, objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder em regime de comodato à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu imóvel que especifica. Esse imóvel refere-se ao antigo hotel Cassino Iguaçu, cedido naturalmente na cidade de Foz do Iguaçu. O veto, ele acaba cumprindo a sua função porque o imóvel está por ser reformado pela Paranatur, ainda hoje pegava essa informação com o doutor Luís Guilherme Siqueira, que está obtendo junto ao governo Federal o valor de 2 bilhões e quatrocentos mil reais, para proceder à referida reforma e esse imóvel, naturalmente ficará ligado às atividades de turismo, em Foz do Iguaçu. E ademais, a Câmara Municipal de Vereadores, de Foz do Iguaçu, já está se instalando no novo prédio, no novo espaço, no município de Foz do Iguaçu.

Só para fazer este esclarecimento e para que fique registrado na Ata desta Casa, desta sessão.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, nós concordamos coma votação em bloco e aprovamos o requerimento, entretanto, recomendamos aos deputados dessa Casa, fundamentalmente aos que dão sustentação política ao governo, para que votem SIM, mantendo os vetos que estão sob apreciação, neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Antes de fazer a chamada dos senhores deputados, só queremos lembrar que o item nº 04 realmente foi um erro de impressão, a autoria desse projeto é do deputado Algaci Tulio. Foi um erro de impressão.

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 021/99, Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 197/99, de autoria do deputado Cesar Seleme, que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder em regime de comodato à Câmara Municipal

de Foz do Iguaçu o imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 269/99

Curitiba, 20 de agosto de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 103/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 197/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a ceder, em regime de comodato, à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, “pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogável dependendo do interesse de ambas as partes, uma área de terras e benfeitorias nela existentes, medindo 14.816,25m ,registrada sob o nº 35.840, do livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.!

A negativa de sanção ao projeto de lei em exame decorre de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Administração, demonstrando a impossibilidade de tal cessão, tendo em vista estar o pretendido imóvel sendo utilizado por unidades da administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 197/99, foi publ. em Redação Final, no D.A. nº 080/99, de 24.06/99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 21/99**

**P A R E C E R :**

A presente proposição dispõe sobre o veto governamental ao Projeto de Lei nº 197/99, de autoria dos nobres deputados Cesar Seleme e Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em regime de comodato, à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, imóvel que especifica.

O veto foi apostado no prazo constitucional, tendo a Comissão de Constituição e Justiça recebido-o em 23 de setembro do corrente ano. O veto governamental é justificado pela informação prestada pela Coordenadoria do patrimônio do Estado, demonstrando a impossibilidade da cessão, pois o imóvel está sendo utilizado por unidades da administração estadual.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

Sala das Comissões, em 28.09.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

## ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 007/2000, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 163/97, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no município de Francisco Beltrão. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 383/99.

Curitiba, 21 de dezembro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 266/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 163/97, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O projeto de Lei nº 163/97 foi publicado, em Redação Final no DA nº 172/99, em 22.11.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 007/2000

P A R E C E R :

### Relatório

A presente proposição, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 164/97, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder executivo a criar na estrutura da Secretaria da segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de Francisco Beltrão, com atuação nos municípios de Marmeleiro, Renascença, Enéas Marques e Nova Esperança do Sudoeste.

### Fundamentação

O referido projeto foi julgado inconstitucional porque o mesmo não teve iniciativa do chefe do Poder Executivo, ferindo o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual.

A Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, não entende e não concorda com o motivo que levou o senhor governador do Estado a vetar a proposição em tela.

Lembramos aos nossos Pares que foram sancionadas pelo chefe do Poder Executivo as leis de nºs 11.727 e 12.316, que criaram Delegacias da Mulher nos municípios de Cornélio Procópio e Telêmaco Borba, de iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado, contrariamente à justificativa apresentada.

### Conclusão

Isto posto, lamentando a falta de critério para o trato da matéria pelo Poder Executivo, somos pelo envio da proposição para deliberação ao douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

## ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 022/2000, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 450/99, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de São José dos Pinhais. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 031/2000.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 300/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 450/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, anexo restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O projeto de Lei nº 450/99 foi publicado, em Redação Final no DA nº 102, em 23.08.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 022/2000

P A R E C E R :

A presente proposição, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 450/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder executivo a criar

a Delegacia da Mulher no município de São José dos Pinhais.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de Parecer Favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 051/2000, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 589/99, de autoria dos deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Guaratuba. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 096/2000.

Curitiba, 31 de julho de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 130/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 589/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O projeto de Lei nº 589/99 foi publicado, em Redação Final no DA nº 167, em 17.11.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 051/2000

P A R E C E R :

Parecer à Proposição Veto, de autoria do deputado Algaci Tulio e Nelson Justus, que autoriza o Poder executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Guaratuba.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 18.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

#### ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 011/2001, Veta aposto ao Projeto de Lei nº 223/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a executar serviços de restauração do km 8 na Rodovia municipal de ligação entre a sede e o Distrito de Herculândia no município de Ivaté. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 023/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 219/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 223/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder executivo a restaurar 8 km da Rodovia Municipal entre a Sede e o Distrito de Herculândia no município de Ivaté, cancelando recursos orçamentários referentes à Lei de Meios não mais vigente, ou seja a do exercício de 2000, fato que torna a medida inexecutável.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 223/2000 foi publicado, em redação Final, no DA nº 089, de 27.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 011/2001

P A R E C E R :

A presente Proposição veto de autoria do poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 223/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a executar serviços de restauração de 8 km na Rodovia Municipal de Ligação entre a Sede e o Distrito de Herculândia no município de Ivaté.

#### Fundamentação

A Proposição em questão, analisados aos aspectos legal, constitucional e regimental da mesma, não apresentou nenhum óbice ao trâmite normal por esta Casa de Leis, sendo pois Favorável ao seu encaminhamento a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)**

Procede à chamada nominal dos senhores deputados para votação.

Atenção para a segunda chamada nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Trinta e sete senhores deputados votaram.

Convidamos os senhores deputados Eli Ghellere, Luiz Carlos Alborghetti e Tiago Amorim para que façam a apuração dos votos.

Trinta e sete votos apurados.

Votaram NÃO: catorze deputados;

Votaram SIM: vinte e três deputados.

**Mantido o veto e rejeitados os Projetos.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

## Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

**PORTARIA Nº 40/2001**

Prorrogar, a disposição funcional, do servidor deste Poder Legislativo, Romário Cesar Ferry, matrícula nº 3833, a fim de que permaneça prestando serviços junto ao Departamento de Polícia Civil, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.2001.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16.04.2001

(Prot. nº 334/2001)

**PORTARIA Nº 41/2001**

Conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, Zaida Barbosa Gonçalves, matrícula nº 40563, de sessenta (60) dias a partir de 09 de abril de 2001, término 07 de junho de 2001. CID.C-45-0

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.04.2001

(Prot. nº 3410/2001)

**PORTARIA Nº 42/2001**

Conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, Roseli Gobbo Araújo, matrícula nº 40393, de cento e vinte (120) dias a partir de 09 de abril de 2001, término em 08 de agosto de 2001. CID-08.9

(Prot. nº 3411/2001)

**PORTARIA Nº 43/2001**

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público, de Wilson Penka, matrícula nº 40031, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Universitário N-61, lotado na Diretoria Legislativa, o tempo de 06 (seis) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo nº 3º, do artigo 3º, da emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3003/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.04.2001.

(a) ABIB MIGUEL

Diretoria Geral

## Ato da Presidência:

**ATO DO PRESIDENTE Nº 01/2001**

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título III, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno,

**D E C L A R A :**

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos deputados Tony Garcia, Algaci Tulio, Duílio Genari, Ademar Traiano, Edno Guimarães, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Serafina Carrilho, Luiz Accorsi, Nelson Garcia, Valdir Rossoni, Basílio Zanusso, Cesar Seleme, Miltinho Puppio, Divanir Braz Palma, Luiz Carlos Martins, Durval Amaral, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama e Elio Rusch, na sessão do dia 06 de dezembro de 2000, com fundamento no § 3º do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias, averigue possíveis irregularidades praticadas na prestação de serviço por parte das empresas de telefonia, fixa e móvel, em nosso Estado. Publique-se no diário da Assembléia Legislativa do Estado, para que produza os efeitos legais.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.04.2001

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
19 DE ABRIL DE 2001**

*(quinta-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Caíto Quintana e Antonio Anibelli.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (51). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Valdir Rossoni e Ademar Traiano (03).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior,

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação a Ata que acaba de ser lida.

**Aprovada.**

**O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação com chamada nominal.

**(É procedida a chamada nominal dos senhores deputados)**

**O SR. ALGACI TULIO**

Pela Ordem, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

Solicito a suspensão da chamada nominal, visto que já temos quórum para dar continuidade à sessão. E até porque, hoje é Dia do Índio e a Bancada de Oposição e a Bancada Independente, maioria hoje no Plenário, quer ouvir o discurso do deputado Luiz Carlos Zuk homenageando os nossos irmãos indígenas.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Informo que há 16 deputados em plenário, mediante verificação de votação que o deputado Waldyr Pugliesi pediu. Não há quórum para continuidade da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, uma sessão especial com o senhor Miguel Salomão, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, e o senhor deputado Federal Gustavo Fruet quando vamos discutir o projeto do deputado Gustavo Fruet sobre a transferência do ICMS na energia elétrica. E também convidamos os senhores parlamentares para a Sessão Especial hoje à noite, às 20h00 em Maringá, na Câmara Municipal, onde estará sendo homenageado um cidadão daquela cidade.

Marco ainda uma Sessão Ordinária, para terça-feira dia 24, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**EM VOTAÇÃO**

**2ª DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei nºs 134, 144 e 317/99.

**REDAÇÃO FINAL** - dos Projetos de Lei nºs 052, 057, 216 e 344/99.

**3ª DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei nºs 663/97, 103/99, 067/2001 e 648/97.

Levanta-se a sessão.

**Ato da Diretoria Geral:**

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 13030 de 28 de dezembro de 2.000.

**R E S O L V E :**

PORTARIA Nº 012/2001 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovado pela Lei nº 13030 de 28 de dezembro de 2000 nas rubricas abaixo:

**REDUÇÃO DE DESPESA:**

| Código   | Fonte | Valor     |
|----------|-------|-----------|
| 33909200 | 000   | 30.000,00 |

**ACRÉSCIMO DA DESPESA:**

| Código   | Fonte | Valor     |
|----------|-------|-----------|
| 33904600 | 000   | 30.000,00 |

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.04.2001.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

Visto:

Deputado VALDIR ROSSONI  
1º Secretário

**Ata da Comissão:**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência

do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Sergio Spada, Serafina Carrilho e mais os deputados Nereu Noura, Edson Strapasson, Eli Ghellere e Chico Noroeste. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 047/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - REJEITADO por 8x2 votos. O senhor presidente designará novo relator. 02) Projeto de Lei nº 102/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 122/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 04) Proposição-Veto nº 018/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 038/2001, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 056/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. O senhor deputado Hermes da Fonseca, relator da matéria, requer diligência junto à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e da Secretaria de Estado da Segurança Pública - DEFERIDO; 07) Projeto de Lei nº 073/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes da Fonseca na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 024/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. O senhor deputado Hermes da Fonseca, relator da matéria, requer diligência junto à Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado da Saúde - DEFERIDO; 09) Projeto de Lei nº 106/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária